

**Regimento Interno do Conselho Fiscal do Fundo Único de Previdência Social  
do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência**

**CONFIS**

**CAPÍTULO I  
DA DEFINIÇÃO**

**Art. 1º.** O Conselho Fiscal é Órgão de Fiscalização do Rioprevidência, o qual exerce a função de fiscalização contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa.

**CAPÍTULO II  
DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 2º.** O Conselho Fiscal reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I. legalidade
- II. moralidade
- III. publicidade e transparência
- IV. imparcialidade
- V. independência
- VI. impessoalidade
- VII. eficiência
- VIII. interesse coletivo

**CAPÍTULO III  
DA COMPETÊNCIA**

**Art.3º.** Ao Conselho Fiscal compete:

- I. examinar e emitir parecer sobre as contas apuradas nos balancetes;
- II. emitir parecer sobre o balanço anual, contas e atos da Diretoria Executiva, e ainda sobre o cumprimento do plano de custeio e coerência nos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação às hipóteses;
- III. examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do Fundo;
- IV. lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames procedidos;
- V. relatar ao Conselho de Administração/CONAD as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras;
- VI. solicitar, motivadamente, ao Conselho de Administração/CONAD, a contratação de assessoramento de técnico ou empresa especializada, sem prejuízo do

controle de contas externo;  
VII. elaborar, aprovar e alterar o seu regimento interno;  
VIII. solicitar, motivadamente, a presença de qualquer servidor do Fundo ao Conselho para esclarecer matéria afeta à sua área de atuação;  
IX. examinar procedimentos de concessão de benefícios;  
X. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;  
XI. manifestar-se sobre o assunto que lhe for encaminhado pela Diretoria-Executiva ou pelo Conselho de Administração;  
XII. examinar as demonstrações: analíticas dos investimentos, financeiras das origens e das aplicações dos recursos, do resultado do exercício;  
XIII. verificar a legalidade, legitimidade e a economicidade das despesas ou receitas decorrentes dos atos praticados pela Diretoria-Executiva, Diretor-Presidente e ordenadores de despesa;  
XIV. fiscalizar a execução de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres;  
XV. examinar os atos de economia interna;  
XVI. o Conselho Fiscal não poderá reter por mais de 30 (trinta) dias úteis, sujeito a prorrogação por igual período, devidamente justificado, documento, livro, balancete, balanço e demais peças contábeis do Fundo.

## **CAPÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO**

**Art.4º.** O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, escolhidos, entre segurados e beneficiados, ouvidas as respectivas entidades representativas de classe, até o dia 10 de março de cada ano, e nomeados pelo Governador do Estado para o exercício de mandato de 01 (um) ano.

**Parágrafo único** – O Diretor-Presidente do Rioprevidência, nomeado o Conselho Fiscal, convocará imediatamente todos os seus membros para a respectiva posse, sendo na oportunidade eleito pelo Conselho o seu Presidente.

## **CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO**

**Art.5º.** O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre civil, por convocação de seu Presidente.

**Parágrafo primeiro** - Poderá ser convocado o Conselho, extraordinariamente, pelo seu Presidente, quando solicitado por qualquer um de seus membros e/ou a pedido da Diretoria Executiva.

**Parágrafo segundo** - A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho observará o prazo de 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

**Parágrafo terceiro** - Na hipótese de ocorrer impedimento eventual do Presidente do Conselho este será substituído, temporariamente, pelo membro efetivo, escolhido entre estes por maioria lavrando-se o fato em ata.

**Parágrafo quarto** – O membro efetivo comunicará ao suplente o seu impedimento de comparecer às sessões do Colegiado.

**Parágrafo quinto** - A ausência do membro efetivo por 02 (duas) sessões consecutivas autoriza ao Conselho a indicar a substituição do membro ausente pelo suplente, que será escolhido entre estes, mediante sorteio.

**Parágrafo sexto** – As atas das sessões ordinárias e extraordinárias do Colegiado serão publicadas no Órgão Oficial do Estado.

**Parágrafo sétimo** – Os membros do Conselho Fiscal deverão atender os seguintes requisitos:

- I – formação em nível superior nos cursos de: Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Economia, Ciências Atuariais ou Direito;
- II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- III – não ter sido penalizado por descumprimento da legislação de seguridade social.

**Parágrafo oitavo** – O Colegiado manterá banco de informações atualizado sobre o regime próprio de previdência social do servidor e demais assuntos correlatos à matéria.

**Parágrafo nono** – Os documentos encaminhados ao Conselho deverão ser requisitados.

## **CAPÍTULO VI DAS SESSÕES E DA VOTAÇÃO**

**Art.6º.** A pauta de sessões do Conselho Fiscal obedecerá à ordem a seguir:

- a. leitura, discussão e aprovação de ata das sessões anteriores;
- b. distribuição dos trabalhos aos conselheiros;
- c. comunicações diversas;
- d. discussão de matéria relevante.

**Art.7º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos:

- I. o voto divergente poderá ser consignado em ata a pedido do membro que o proferiu;
- II. somente terão direito a voto os membros efetivos e o suplente enquanto estiver substituindo o titular.

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.8º.** Os membros do Conselho Fiscal estão sujeitos às normas federais e estaduais quanto às responsabilidades no desempenho de suas funções como Conselheiros.

**Art.9º .** O Órgão de controle interno encaminhará mensalmente relatório das atividades desenvolvidas no âmbito de sua competência ao Colegiado.

**Art.10º.** A Diretoria-Executiva do Rioprevidência disponibilizará os meios materiais e humanos necessários ao desempenho das atividades do Conselho Fiscal.

**Art.11º.** O Presidente do Conselho Fiscal poderá ser destituído da função por maioria e votos, fundamentados, dos membros efetivos e suplentes, enquanto substitutos dos titulares assegurando àquele o contraditório. Confirmada a destituição, processar-se-á, imediatamente, a eleição de um novo Presidente para cumprir o restante do mandato.

**Art.12º.** A Diretoria de Investimentos deverá remeter mensalmente ao Conselho relatório das operações realizadas.

**Art.13º.** Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Fiscal em reuniões com a presença de todos os membros efetivos.

**Art.14º.** O Regimento interno do Conselho Fiscal entrará em vigor na data da sua publicação.